**SOBRE A IMPERATIVIDADE DE OBEDECER NO**

**PROCESSO OS LIMITES HEURÍSTICOS DO DIREITO**

POR **WALTER AGUIAR VALADÃO**

A verdade é para a compreensão o mesmo que a música para o ouvido ou a beleza para o olho”

**G.N. Clark**

QUESTIONAR O FATO JURÍDICO não é uma forma de mostrar que se repousa o pensamento jurídico, nas palavras de Wittgenstein, “*na má compreensão da lógica de nossa linguagem*”? Sem dúvida! Mas há problemas aí. E neles residem o que chamo ***paradoxo da compreensão jurídica*** e que encontro na seguinte formulação de Wittgenstein:

“111. Os problemas que nascem de uma má interpretação de nossas formas linguísticas têm o caráter da profundidade” (WITTGENSTEIN, 1979).

Principalmente em Ciência Jurídica. E não é por outra razão que se fala “*que a essência da verdade é inatingível*” (Marinoni), como quando se fala “*há alguma coisa com o tomate que eu não consigo comê-lo*” (Sartre), alheios a realidade de que, “é *da natureza do direito ser uma questão de normas, cuja aplicação integral a casos concretos se efetua por meio de raciocínio analógico*” (WEINREB, 2008). O que leva, também, à uma má interpretação da **lógica jurídica** e à insuficiências epistemológicas na “***Luta pelo Direito***” (Von lhering). Talvez porque, como enseja Eagleton, a Linguagem (como a lógica) “*seja Normativa do princípio ao fim*” (EAGLETON, 2005), e a tendência, [já que somos politicamente moldados (nada mais ultraliberal, não é mesmo?) pela impregnação do “pensamento anarquista”], é desconfiar de que tudo que seja normativo, de uma maneira ou outra, é violento, opressor e reacionário (e também falso, suspeito e manipulador). Enquanto que tudo que seja difuso, cético, ambíguo, plural é, de algum modo, amoroso, democrático e libertário (e também inovador, inclusivo, revolucionário). Inevitavelmente, o que podemos verificar atualmente é uma triste hegemonia do ***otimismo dos prazeres***: o ultraliberalismo se torna ideologia dominante da “esquerda” e da “direita” e faz perigosas concessões a pontos de vistas antagônicos... Indistintamente! Discricionariamente! Quem disse que “*a essência da verdade é inatingível*”, disse uma grande bobagem! Mas por que é necessário falar em essência?... Temos que por razões matemáticas os astrônomos acreditam no décimo planeta depois de Plutão, e estão olhando atentamente para sinais daquela parte do tempo-espaço, o que seria aí a *essência da verdade*? A confirmação da existência do novo planeta? O bom-senso “sabe”! Então, na verdade a ela se tem acesso pela ***existência***, que seria nada mais nada menos que a atualização de uma ***essência*** (Sartre). E já estamos no campo do Direito: os investigadores policiais da porta entreaberta olham para um Tigre no banheiro e para o corpo dilacerado de um homem no chão rodeado de sangue, pegadas do Tigre etc. O que buscarão, a essência da verdade ou entender a relação entre dois momentos da tragédia: o “antes” e o “depois”, o que aconteceu (o ***ocorrido***) e o que pode ter acontecido (o **provável**)? Ambos os momentos cheios de ***Fatos*** e por isso férteis em ***hipóteses*** que orientam os investigadores olhar todos os tipos de *sinais*. Tenho então que:

**PROPOSIÇÃO**. A primeira analítica do Mundo Jurídico são as percepções que isolam Fatos Atômicos e constituem a base para as configurações possíveis do Fato Jurídico.

**RECÍPROCA**. Cada Fato quando se singulariza e se abre a cognição, se divide em um conjunto de Fatos Atômicos.

E no caso do Direito, o ***Fato*** é uma das vias de acesso à “*essência”* do ***fenômeno Jurídico***. As outras duas, sabemos, são a ***Norma*** e o ***Valor***, e constituem, segundo o grande jurista Miguel Reale, a “***tridimensionalidade do Direito***”... Como veremos aqui, *en passant*, não se deu suficiente atenção a esta teoria! Na teoria de Reale, as significações da palavra Direito se delinearam segundo três dimensões fundamentais, constituindo assim sua **Teoria Tridimensional do Direito**. Em outras palavras, Miguel Reale concebia o Direito em três “dimensões”: **Fato** (F)**, Valor** (V) e **Norma** (N), com as quais tecia a especificidade do olhar jurídico sobre e sob a realidade histórico-social. Não se tratava, como observou o próprio Reale, de olhar os “gomos ou fatias de uma realidade decomponível”, mas, sim,

(1) a unidade do **Fato** “como condição da conduta, base empírica da ligação intersubjetiva”;

(2) do **Valor** “como intuição primordial” que se “concretiza na condicionalidade dos fatos histórico-sociais; e

(3) da **Norma** “como medida de concreção do valioso no plano da conduta social”.

Não, portanto, “uma tripartição rígida e hermética de campos de pesquisas” estanques, mas uma análise filosófica da experiência jurídica que atenda a “*necessidade de uma compenetração infra-sistemática e dinâmica das três dimensões*”. Assim teríamos: ***o normativo*** (a ***Norma***) disciplinando os comportamentos individuais e coletivos, pressupondo sempre ***uma dada situação de fato***, (*o factual*: a coisa, o evento, o fenômeno, o ocorrido, o acontecimento jurídico etc.), referida ***a valores*** (o ***subjetivo estrutural***: o moral, o ético, o estético, o político, o cultural etc.) determinados... E assim, as inter-relações dialéticas entre **F, N, V** dá-se em um contexto lógico estrutural de grande complexidade heurística e metodológica (que assume na figura abaixo a forma de um ***paralelogramo epistêmico***), e, inclusive, para além, ou mesmo aquém, do heurístico e do metodológico. Aquém porque, por exemplo, não podemos perder de vista que as ***Normas*** estão fundamentalmente ligadas à nossa capacidade institucional, e que “*as institucionalizações criam certezas que*”, diz Paul Tillich, “*se levadas a sério algemam os ânimos e entorpecem a imaginação*” (TILLICH, 1970), e mais, podemos condenar-nos a desorientação se não atentarmos para a aguda argumentação de Agnes Heller de que: “*todas as reivindicações à Justiça são enraizadas em determinados valores que não a própria Justiça – explicitamente, em “liberdade” e “vida*”. Finalmente, argumento que, “*enquanto a Justiça pode ser uma precondição de vida legal e normal, a vida constitui algo além da Justiça*” (HELLER, 1998). Então, a questão **O*ntológica*** do estabelecimento da *Norma* é complexa, exige *pensamento complexo* (Morin), capacidade de perscrutar os abismos dos ***Fatos***, como diria Alexandre Herculano, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira em seu dicionário: “*Com Kant, o universo é uma dúvida; com Locke, é dúvida o nosso espírito; e num desses abismos vem precipitar-se todas as ontologias*” (FERREIRA, 2009). E mais, a questão ***Fenomenológica*** de depuração da ***Norma***, não é menos complexa e exigente... Mas, enfim, em Reale temos que a ***Norma*** “é expressão de ***Valores*** como fenômenos que vão se concretizando na condicionalidade dos **Fatos** e que se constituem (como ***Fatos jurídicos*** *stricto sensu*) a questão de ***Imanência*** de todos os elementos jurídicos constitucionais do *Direito*. Neste sentido, sempre, precisa Reale, estamos diante da necessidade de “*observar a unidade ou a correlação essencial existente entre os aspectos fático, axiológico e prescritivo do direito*” (Cf. REALE, 1993, §§ 195, 196 e 197). Em poucas palavras, para Reale, “*a estrutura essencial da experiência jurídica é tridimensional*” (REALE, 1967, *Prefácio*), e atendem ao que denominamos (como veremos em outra ocasião) “escopo das funções do Direito” e a “capacidade institucional do Estado”. E o próprio Reale apontava a necessidade de aprofundar e alargar as suas reflexões. Exigia, mesmo, um trabalho crítico, justamente porque percebia a importância de seu *trabalho teórico* (Althusser). Tal trabalho, até então, não foi feito; o que talvez se deva a renitente inexistência, no Brasil, de impregnação do trabalho filosófico, e, consequentemente, de atenção, respeito e continuidade a nossa nascente e promissora produção filosófica. Mas sem dúvida, e inegavelmente, a “**Teoria Tridimensional do Direito**”, supera as inconveniências ou impropriedades das análises feitas separadamente pelos “especialistas que estudam o Direito como **Fato** (sociólogos, Etnólogos, Psicólogos e Historiadores do Direito); como **Valor** (Axiólogos e Politicólogos do Direito), ou como **Norma** (Juristas e Lógicos do Direito)” (Cf. REALE, 1993, § 196). E, com efeito, em sua “**Teoria Tridimensional do Direito”**, Miguel Reale, “*à luz da teoria tridimensional específica, põe o problema da “experiência jurídica”como problema epistemológico fundamental, com a consequente renovação da Dogmática Jurídica, em termos concretos e operacionais*” (REALE, 1967), o que permite-nos, a partir de Reale, imaginar o que denominaremos o **Triedro dos Saberes Jurídicos**, ou seja, uma espécie de geometria epistemológica de constituição da ***Ciência do Direito***, e, pensar divertindo-se com o rigor consistente do pensamento de Reale, traçando um sistema gráfico ortogonal de três eixos **F, V, N,** respectivamente, **Eixo dos Fatos (EF), Eixo dos Valores (EV)** e **Eixo das Normas (EN**)], denominando-os de **Eixos Epistêmicos do Direito**, que tomados dois a dois formariam e definiriam três **Planos Epistêmicos** que denominamos:

1º) – De **Ontologia (PO),** plano comum dos Eixo dos Fatos e do Eixo das Normas, logo, não se poder perder de perspectiva, o PO é regido por Fatos e Normas;

2º) - De **Fenomenologia (PF)**], plano comum dos Eixos dos Valores e do Eixo das Normas, logo, o PF é regido por Normas e Valores;

3º) De **Imanência (PI)** – plano comum dos Eixo dos Valores e do Eixo dos Fatos, logo, o PI é regido por Valores e Fatos.

E é bom frisar, em qualquer dos Planos, F, N, V são Fatos, Normas e Valores em sua singularidade de Caso ou de Dado *mais particulares* cuja ocorrência produzirá efeitos que estejam garantidos pelo Direito. Teríamos, assim, o seguinte quadro:



**Figura 1**

Com efeito, o que busco com o *conceito* (Hegel) dos **Três Planos** é como se dá as inter-relações dialéticas entre **F, N, V**; a constituição (processo Legislativo), a aplicação (processo Judiciário-administrativo) e o *devir* da ***Norma*** (processo jurisprudencial) como *causa adequada* (Spinoza) ao Direito, e, finalmente, como o Direito que se almeja pode alcançar a maior Justiça possível nas *relações humanas*. Com efeito, o **Triedro dos Saberes Jurídicos** é um Sistema, ou seja, um conjunto de *Conceitos* que apreendem singularidades, ou seja, captam *para si* as essências dos acontecimentos nos ***Fatos Jurídicos*** neles constituídos e as transformam em forças geradora, renovadora ou consolidadora da ***Norma*** e do ***Valor***. Assim, na constituição da ***Norma***, como veremos, não há “segredos atrás da porta”, ou seja, “desejo de ver mais, de ver por trás, de ver através” etc., não há armadilha no ***Valor***. Mas desejo de ver o necessário e o suficiente para a segurança e a paz social. Mais, algo como uma essência inapreensível ou oculta, seria delírios de falsos magos e taumaturgos. Seria “psicologias”. Seria bobagens. Então, concebemos que no **PI** há intensidade que sobem ou descem, multiplicidades que o povoam, processos ou devires que se desenvolvem, singularidades que se conectam etc., ou sejam, é o Plano das intensidades, dos devires, das multiplicidades, das desterritorializações (porque ***Mundo***), dos ritornelos, das singularidades dinâmicas etc., onde os acontecimentos pipocam como fogos de artifícios, os ***Fatos*** nascem anômicos e são lançados no **PO** onde desenvolvem suas contradições, paradoxos, metáforas, necessidades, insuficiências, tautologias, negações etc. Ou seja, o ***PO*** é o Plano dos *Afectos* (novas maneiras de sentir), dos *Perceptos* (novas maneiras de ver e ouvir) e dos *Conceitos* (ou novas maneiras de pensar), que são as três potências que trabalham o movimento de construção da ***Norma***. Por isso, o **PO** na conclusão de sua obra, a ***Norma***, a submete a correções, ou seja, a lança para o **PF** onde ela entra em contingência e deve sofrer um processo de depuração e redução. É o **PF** o Plano da jurisprudência e da lei, e a Lei o signo do Direito, e, portanto, em tese, a orientação de/ ou para/ um modo de vida, da possibilidade de existência humana, ou, então, sintoma, quando volta para o **PI**, de uma vida transbordante (por isso é fundamental, é válida, é eficaz etc.), ou esgotada (cai em desuso, é modificada ou revogada). E tudo recomeça, apesar de diferente... E aí, neste recomeçar, é que temos a verdadeira problemática do Direito. Com efeito, contemporaneamente, o busílis da questão talvez resida na consideração de que o ***Direito*** atualmente situa-se e dobra-se perplexo diante de um grande e indomável problema estrutural e alheio (talvez até por omissão legal), – pertencente a esfera socioeconômica –, buscando covarde e desesperadamente atendê-lo, o que faz desmoronar toda **Segurança Jurídica** até então esculpida na *História da Humanidade*. A saber: a única *necessidade* que está sendo gerada para atender ao Mercado é a de “*consumir a qualquer custo*”, consumir mais e mais, *consumir até consumar-se* (Lacan); não importa mesmo, quando o ***ser humano*** torna-se supérfluo ou um animal, diminui a nossa responsabilidade por ele, e ele mesmo se dobra a/ ou se perde na/ dor de ser homem ou mulher, mesmo porque a noção de realização pessoal e de felicidade estão associadas ao *consumo*. Como consequência, ***efeito colateral*** (mas esperado e desejado, e ele mesmo tornado necessário), o Direito também está sendo construído para ser consumido por todos, sem exceção, o justo e o injusto, o bem e o mal, bom e o mau, o feio e o bonito, o moral e o imoral, a vítima e o algoz, o anjo e o demônio etc. Ser feito para ser consumido é o caráter perverso do Direito contemporâneo, e é isso que o torna global. Direito de uma “***Cidade perversa***” (Dufour), ultraliberal, capitalista e “globalizada”, para a realização, em simulacro, “*da igualdade de todos perante a lei*” pois que é muito difícil chegar-se a um ***consenso*** (Habermas) sobre o que é a *igualdade* (sem também promover a impunidade) num mundo que acentua, valoriza, radicaliza e promove abstratamente o “***Direito a Diferença***” como *afirmação positiva* e /ou *identidade* tribalistas etc. e o “***Relativismo***”. E assim, a ***Diferença*** torna-se a etiqueta de ***grife jurídica*** do que produz politicamente e gera antropologicamente as novas *distinções* (Bourdieu) criadas pelo consumo “luxuoso”, “sedutor”, “orgástico” de ***Sujeitos*** e ***Objetos, Coisas e Valores etc***. E também ***Mercadorias*** e ***Serviços, Ideias e Produtos***... Neste contexto produtivo, refletir sobre o mal é muito mais complexo e indesejado do que se imagina! E sobre o *bem, o bom, o gosto, o gozo* em que repousa o “*otimismo dos prazeres*”, tudo é muito solitário e amargo como o insucesso, o fracasso, a falência... E, paradoxalmente (?), já que o ***Direito*** deveria ser (em tese) a disciplina menos infensa a permissividade ou a influências esotéricas, o melhor lugar para encontrar e confirmar “má compreensão”, no caso, por ser útil e pedagógico, geralmente, são os trabalhos acadêmicos (lugar de reflexões) de bacharéis de Direito. Talvez porque pensam (sob influência de “Foucault”, de “Deleuze”, de “Derrida” etc. e más orientações de Mestres e Doutores) que o Mundo seja inteiramente feito de ***diferenças***, e gostariam de viver num mundo inteiramente feito de ***diferenças***, mas que, dado a *opressão* de um “*aqui*”, por exemplo, “que homogeneíza toda a rica diversidade de lugares distintos”; ou de um viver o *instante* intensamente prazeroso que parece contrair e congelar toda a realização de viver apenas a uma *consumação imediata* e sem culpa  *de si e para si* (que aliena as experiências e lições do passado; transforma o *sujeito* em *objeto;* anula toda a perspectiva de futuro e nos presenteia com a angústia e o vazio); ou de uma “***Verdade Absoluta***” (de um Ser assintótico proposto pela célebre fórmula de Laplace), temos que forjar identidades (por simulação ou dissimulação) para sobreviver. Ò dor!, lamentam. Lamentam porque desconhecem o que consistiria uma autentica ***vontade de viver***, e não tiram o olho de uma “***vontade de poder***” (Nietzsche)... Assim, como jamais se perguntam o que seria viver ou que coisa poderiam dizer de inteligível num Mundo feito de diferenças, parafraseando Sérgio Porto (pseudônimo: Stanislaw Ponte Preta), até parece que estão compondo o “*samba do bacharel doido*”. E eu gostaria de saber, na letra e no ritmo do samba, como o Mundo sendo “*a totalidades dos Fatos*” negaria as diferenças existentes nos diferentes ***Fatos*** e em todas as diferenças que das diferenças aportam?... O que levanta supletivamente o questionamento: o que é ser Professor de Direito? Ai!Ai! O fato é que encontro no site **Webartigos.com** um texto muito bom, dos bacharéis Karolinne França Mendes e Sergianny Pereira da Silva, para servir de exemplo, inclusive por seu excitante e sedutor título: “**O jogo do poder de dizer a “verdade**” **no Direito**”., apesar do complemento desnecessário e redundante: “**uma construção anterior ao processo**” – Como se para existir o ***Processo*** não seja preciso que exista *algo* ou alguma *coisa* antes que o torne necessário e o estabeleça como ***procedimento***. Como se a ***Sentença*** pudesse ser proferida pelo Juiz debruçado sobre uma ***Tábua de Ouija***, porque o Direito utilizaria em busca da *Verdade Processual* o ***método de necromancia*** ou comunicação com os espíritos, [no caso com os “**Espírito das Leis**” (Montesquieu)], sob o *efeito ideomotor* de um demiurgo que espiritualmente uniria o Juiz e a Verdade... Mas sabemos que não é assim! Sabemos que todo jogo segue as regras que o constitui, *a priori*, e o guia, *a posteriori*, na construção de configurações e propostas de sua finalidade e objetivo etc. que constituem efetivamente o *jogo*, em todas as suas jogadas previsíveis e/ou imprevisíveis que estabelecem a distinção entre ***conformar-se a regra*** e ***seguir a regra*** que instituem a essência do ***Processo*** sobre ***Fatos***, que é a busca de uma ***configuração*** (no tempo e no espaço) que permita descobrir, se não a ***verdade*** **absoluta**, pelo menos uma análise heurística sistemática que permita a *irrefutável proximidade e identificação* da “*verdade*” tal que não admita ***injustiça*** e ***impunidades*** – *Justiça, mesmo com imprecisão* (o Direito não é uma Ciência Exata)*, é melhor que Justiça nenhuma* (Justiça não é uma constante algébrica de uma equação, mas sua variável). E o “erro” (desde que permaneça “*fora do limiar das influências observáveis*”) é mais preferível que a *confusão*...Então, não temos no título do texto de Karolinne e Sergianny já explicito uma má intenção, uma interpretação falseada, algo depreciativo do ***Processo*** que quer situar-se fora do jogo e que se constituiria no ubuesco? Por exemplo, a defesa abstrata e arbitraria de um *representado* contra o Direito de outro?... Tudo bem! Somos informados tratar-se de um *paper* apresentado à Disciplina de *Processo de Conhecimento II*, ministrada pelo professor Hugo Passos, no *Curso de Direito da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco*, São Luís do Maranhão. Em *resumo*, diz os autores:

“Apresenta-se como falaciosa a noção de Verdade absoluta dos fatos, expondo-se que no processo digladiam “verdades” construídas subjetivamente pelas respectivas partes e que a partir delas orientam a produção de provas e do discurso a serem utilizados com o fim de promover o convencimento do magistrado. Nota-se que o Direito é um espaço de disputas, não apenas dos profissionais da área, mas dos indivíduos que o utiliza, enquanto instrumento de poder, transpondo este espaço de disputas à realidade social na intenção de impor como Verdade determinada visão de mundo.”

Confesso, é preocupante! Em primeiro lugar, declarar que “*apresenta-se como falaciosa a noção de verdade absoluta dos Fatos*” é reivindicar, tacitamente, que já se conhece o espectro completo da verdade possível. E teríamos que o *sombunall* da “verdade absoluta” seria toda a *verdade possível*... O que não deixa de ser paradoxal: o que seria a soma de todas as verdades possíveis no ***Mundo*** (se confirmadas) senão a nossa “verdade absoluta”, ou seja, o conjunto de todos os ***Fatos***? Mesmo porque, a Física Quântica nos mostra que, na verdade, “qualquer coisa que *pode* acontecer, *acontecerá*, em um lugar ou outro, *em algum continuum de espaço-tempo”* (Schrodinger). Então, quando se diz que a “*essência da verdade é inapreensível*”, o que aí nos é apresentado, simplesmente, é apenas uma variação incompetente e mal formulada da proposta do filósofo americano Richard Rorty, de “*que se abandone “o desejo de objetividade”*e de uma *“teoria da verdade”em prol do estabelecimento de posições por acordo entre membros de uma comunidade que tenham a mesma opinião*” (Cf. FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2000). Em que Mundo estamos? Como, num resumo, pode existir tantos equívocos (se se tratar de meros equívocos)? E nos parece enganoso, por um lado, considerar que Karolinne e Sergianny, como o personagem Mr. Gradgrine de “**Hard times**” que, desistindo do sublime e do inefável, tentava construir um mundo mais factual para si mesmo e nos advertia: “*Volta para a Razão, e chegarás enfim ao Fato e nada mais*”, porque, ao contrário, os nossos bacharéis, ao viverem em um mundo mais cinzento que o mundo do personagem de Charkes Dickens, fogem dos ***Fatos***, porque o que evitam é justamente encarar a realidade dos ***Fatos*** para não ser preciso mais se iludirem. Mas eles amam suas ilusões, tanto que, como veremos, vão declarar que os Fatos que determinam o resultado do Processo, “*não correspondem aos Fatos que realmente ocorreram na linha histórica da vida das partes*”... Compreensível! Ocorre que na deontologia jurídica, o mesmo que na deontologia médica: ninguém pode censurá-los por socorrer, com a sua ciência, o pior dos criminosos. Isso os torna pragmáticos, logo, qualquer escrúpulo pode ser posto a margem! Como dizia o criminalista capixaba, Vinícius Bittencourt: “***Não é função do médico, nem do advogado, facilitar a eliminação dos inimigos públicos***” (BITTENCOURT, 1999). Mas, por outro lado, é enganoso nos dobrarmos ao pragmatismo relutante de Mr. Gradgrine, e, o revertendo-o, insistimos que apenas com os ***Fatos*** desde o ponto de partida, podemos percorrer o longo e árduo caminho (cuja cartografia encontramos, por exemplo, na “**Fenomenologia do Espírito**” e na “**Ciência da Lógica**”de Hegel) que nos levará as aventuras da ***Razão*** no Mundo em busca da “***Verdade Absoluta***”, ou como diria Einstein, “*a verdade de Deus*”, ou como diria Hegel, “*o espírito absoluto*”, apesar de não precisarmos de tanto... Mas muito mais enganoso é nos dobrarmos a perspectiva traçada por Karolinne e Sergianny, que é a mesma de William James, a saber: “*que a verdade não é uma questão de realidade do que é afirmando, mas de sua possibilidade de corresponder a um propósito particular*”. Ora, o problema é que toda violência, todo crime, atende única e exclusivamente a propósitos particulares!... Tudo, então se torna possível, e assim se forma o amalgama de todas as possibilidades perversas colocadas a disposição da escolha do *consumidor*... Sendo assim, diz-nos Fernández-Armesto:

“Em uma sociedade que faz concessões a pontos de vistas antagônicos, na qual os cidadãos hesitam em exigir o que é verdadeiro e denunciar o que é falso, torna-se impossível defender a distinção moral tradicional entre certo e errado, que, por sua vez, são relativizados. Que *status* caberia – se não o de verdade – a uma declaração como “x é errado”, onde “x” seja, digamos, adultério, infanticídio, eutanásia, tráfico de drogas, nazismo, pedofilia, sadismo ou qualquer outra perversidade que, na atmosfera atual, deve à relativização a sua inclusão no espectro do que é aceitável? Isso se torna, como tudo na sociedade Ocidental de hoje, uma questão de opinião e nós ficamos sem base moral para codificar certas opiniões em vez de outras, exceto a tirania da “maioria””. (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2000).

Da “***maioria silenciosa***” (Baudrillar) e do “***desejo***”, bem entendido. E pensar que este amalgama de perversidades [reduto de promiscuidade, de prostituição, de “foras da lei”, algozes inocentes, anjos decaídos, enfim, todos os habitantes da “***Cidade Perversa***” (Dufour) que nos permite apenas “*a viver e a pensar como porcos*”, como disse alguém, – juridicamente sem gênero, “*sexo em grau zero*” (Baudrillard), algozes inocentes, anjos perversos etc.)] é chamado de ***multiculturalismo***, muito temos a temer deste espólio cultural se constituir o resultado que dispomos de XXI séculos de história humana cristã, com todos os ***elementos sujos*** que oferecem para a nossa construção ontológica, como a fonte hegemônica de imanência imoral para a constituição de nosso Ser, como a síntese dialética e novo ponto de partida para uma ***nova estação da vida negativa***, um novo estágio evolutivo trágico da lógica de existir como Homens e Mulheres, uma conclusão nos desespera; ***estamos fudidos***. A impressão é que se pretende construir e inaugurar algo tão paradoxal e destrutivo como uma “***ética da imoralidade***”... Estou sendo hiperbólico? Não creio! Algumas vezes precisamos de um bom *instrumento* para enxergarmos melhor os ***Fatos*** enquanto ***Objetos*** de nosso estudo. As vezes precisamos de um microscópio, outras de um telescópico, mas, na maioria dos casos, um simples óculos tem grande utilidade... No Direito temos o ***Processo***. O que se impõe em seu curso é que tenhamos uma visão clara das Coisas, dos Acontecimentos, dos Eventos etc., em duas palavras, ***do Mundo***. Precisamos saber o que está sendo feito ***no Mundo***? Com efeito, quando falo ***Mundo***, não se trata de coisas ou seres, não estou me referindo ao planeta Terra, as Plantas ou os Animais; mas aos ***Fatos***? A *Água* de Tales? O *Ar* de Anaxímenes? O *Fogo* de Heráclito? Não, não e não, apenas os ***Fatos***. Nada de Terra, Ar, Água, Fogo, qualquer Coisa; apenas os ***Fatos***... Ora, segundo Wittgenstein, em seu **Tractatus Logico-Philosophicus**, “***1. O Mundo é tudo o que ocorre***”. Pois bem! Tudo o que ocorre são ***Fatos***, portanto: “**1.1. O Mundo é a totalidade dos Fatos, não das coisas**” (WITTGENSTEIN,1968). E assim temos que o que constitui ***no Mundo*** o ***Mundo Jurídico***, definimos proposicionalmente assim;

1. No ***Mundo*** temos o ***Mundo Jurídico*** como subconjunto (qualificado e singular) de ***Fatos***.
	1. No ***Mundo Jurídico*** temos a totalidade dos ***Fatos Jurídicos***.
	2. . No ***Mundo Jurídico*** os componentes do real são: **Mundo** – **Fatos** – **Objetos**; movimentados por **Atos** e **Relações Jurídicas**...
	3. O ***Mundo Jurídico*** no ***Espaço Lógico do Mundo***, é a ***Ciência do Direito***.
	4. (...)

Mas não podemos compreender o ***Mundo*** *da* ***Coisa-em-Si*** (Kant), ele é incognoscível, mas não o é absolutamente. Apenas, segundo Popper, a “*nossa ignorância é sóbria, e ilimitada*”; não o ***Mundo***. Mas não importa, ele não é o ***Mundo*** Jurídico. Dizer que o *ser-em-si* seja incognoscível não significa que a “***Verdade Absoluta***” não exista ou que seja falaciosa apenas porque só seria acessível a Inteligência proposta pela fórmula de Laplace. – Não se pode resolver o problema da “Verdade” simplesmente negando-a. Alem disso se existe ***Mundo, Fatos, Atos*** e ***Coisas Jurídicas*** é porque podemos considerar que existe uma ***Verdade Jurídica***, e ela, com certeza, não pode ser considerada a “***Verdade Absoluta***” de tudo que existe... Mas no ***Mundo jurídico*** ela deve ter este *status*, se queremos, por exemplo, condenar um homem ou uma mulher à morte, entregar algum Direito a alguém, etc. ... Sabemos (na sobreidade de nossa ignorância) que ele (o *Mundo da coisa-em-si*) é um Mundo “vacilante” [tanto que está em permanente *vir-a-ser* (Heráclito)], não direta e/ou imediatamente cognoscível, é verdade, mas que podemos surpreendê-lo com o pensamento (que têm na associação dos ***Fatos*** sua gênese). E surpreendê-lo com o pensamento é dar-lhe ***Validade Objetiva***... Chamamos a isso, *Compreender,* criar *Padrões*, *Regrar*, *Normatizar*..., descobrir e apresentar Leis. Com efeito, “***2. O que ocorre, os Fatos, é o subsistir dos estados de coisas***” (WITTGENSTEIN, 1968). O que não significa que “***Coisas***” sejam “***Objetos***”. Fico, aqui, portanto, com Wittgenstein:

“(...) Pensemos apenas nas exclamações. Com todas as suas funções distintas:

Água!

Fora!

Ai!

Socorro!

Bonito!

Não!

Você ainda pode chamar essas palavras de “denominações de objetos” (WITTGENSTEIN, 1979).

Em outras palavras, o que ocorre, os ***Fatos***, aponta para a compreensão de si mesmo no que deixa subsistir (na relação de *causa e efeito*) do que ocorre e faz a *Coisa* ser, o *Ente* emergir, o *Ser* evidenciar-se, o *Fantasma* assustar, o novo *Dia* raiar etc. O que ocorre, o ocorrido, – o acontecimento, o evento, a ação etc. – deixa rastro, pista, indício, fumaça, sombras, provas e nós os moldamos –, portanto, os ***Fatos***, todos nós o compreendemos, porque, como muito bem observou Nietzsche, “*não podemos compreender senão um mundo moldado por nós mesmos*”. Moldar, (graças ao “subsistir dos estados de coisas”), é dar ***Validade Objetiva***, oferecer um ***Direito Objetivo***, ou seja, transformar o *ser-em-si* em *ser-para-si* e observar, imaginar, vê-lo agir, pensar e “pensar pensando o pensamento” (na expressão de Heidegger)... E *a* **Validade** *faz-se* presente *subjetivamente –* no Nome (Identificação, Índice etc.), no Subsistir dos Fatos (Acidente e/ou Substância), no Sentido (Interpretação, Invenção etc.), na Significação (Atributo, Valor etc.),... A “*Verdade é absoluta*”, e é bom que se tenha a certeza que o conhecimento dela nada tem a ver contra o Direito! Talvez sim contra o pretenso Direito de alguém em particular... E isto não é o suficiente para qualificarmos a sua noção de falaciosa. Ora, a expressão “***Verdade Absoluta***”, observaria Eagleton, simplesmente diz que:

“Todas as verdades são estabelecidas a partir de pontos de vistas específicos; mas não faz sentido dizer que há um tigre no banheiro do meu ponto de vista, mas não do seu. Eu e você podemos discutir ferozmente sobre se há ou não um tigre no banheiro. Chamar a verdade de absoluta, no caso, é apenas dizer que um de nós tem que estar errado”. (EAGLETON, 2005)...

É isto que o Direito quer dizer quando, entre duas pessoas em conflito reivindicando o mesmo direito com argumentos diferentes, diz que *um dos dois está blefando*. “*Você jura dizer a verdade?*”, quer saber o Tribunal de Justiça. Quer dizer, em nossas Leis e Jurisprudências a Verdade, somente a Verdade e nada mais que a Verdade pode ser apresentada a Justiça, e também ser a ***Prova*** através de nosso testemunho pessoal. Então, inegavelmente, Roger Scruton tem razão: quem “*lhe diz que a verdade não existe está lhe pedindo que não acredite nele. Logo, não acredite*”. Simples assim! Sim, pode-se blefar com a linguagem, com as ***Normas*** etc., mas não com os ***Fatos Jurídicos***. Com efeito, uma imagem metafórica do que são os ***Fatos Jurídicos*** podemos encontrar ao observar o Céu; embora só podemos ver “*um pedaço luminoso brilhante*” seu todo é inexaurível e tudo contém” (Cf. FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2000). Isso não implica que a noção de Verdade Absoluta que possuímos dos Astros, Planetas, Satélites, Asteroides etc., seja falaciosa... É preciso ver com clareza que “*a existência humana tem pelo menos tanto a ver com fantasia e desejo quanto com verdade e razão*” (EAGLETON, 2005). Saber se tem um tigre no banheiro é fácil, é só abrir a porta... Mas em Direito nada é tão fácil assim de se comprovar. E a Verdade é que a busca da Verdade Jurídica no Mundo do Direito movimenta-se em seu lugar e ritmo muito lento, e parece caminhar sobre tartarugas. Sim!

 “Todos conhecem a anedota que abre o livro de Stephen Hawking – “**Uma breve história do tempo**” –, sobre a anciã que disse a um conferencista que o mundo repousa sobre “tartarugas, tartarugas ao longo do caminho” (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2000).

Com efeito, os Fatos, nós o compreendemos, mas não o Mundo da *coisa-em-si*. Mas sabemos que ele é um “Mundo vacilante”, por isso podemos surpreendê-lo com o pensamento e dar-lhe a ***Validade Objetiva*** de *coisa-para-si*, e por isso caminhamos como sujeitos atentos em suas margens. “As margens”, disse alguém, “*podem ser lugares indiscutivelmente dolorosos para se estar*”... Estamos, portanto, já no campo filosófico do Direito, na gênese de criação da *Pessoa Jurídica*. E nele não vemos, no Processo (Civil ou Penal), digladiarem-se ““*Verdades” construídas subjetivamente pelas respectivas partes*”. Ora, o Direito tem seu próprio, digamos, *domínio de Verdade, de Compreensão, de Aplicabilidade e de Validade dos Fatos* e uma “***Teoria Geral da Prova Jurídica***”, logo, é absolutamente indiferente para a ***Ciência do Direito*** a pressuposição de que a Verdade seja uma construção subjetiva das partes que, a partir dessa construção, “*orientam a produção de provas e o discurso a serem utilizados com o fim de promover o convencimento do magistrado*”. Não é bem assim que as **Coisas** (Heidegger) ocorrem, que os ***Fatos*** (Wittgenstein) se desenrolam, que o ***Ato jurídico se movimenta,*** que a ***Norma Jurídica*** o capta e se realiza. – Não se pode, por exemplo, colher Provas por meios ilícitos, dispor de argumentos falaciosos, protelar o andamento do ***Processo*** e coisas assim. – Se tal (ocorrência, desenrolar, realização) fosse possível, gratuitamente, e sem riscos, não poderíamos opor à ***Razão Pura do Direito*** (a *Ciência do Direito*) ao procedimento heurístico que a constrói (a ***Crítica ao Juízo Jurídico***), como também, não existiria uma ***Razão Prática do Direito*** (que forma o *Direito Processual*) a moldar e conformar o comportamento das partes. Dito isto podemos dizer, parafraseando Pierre Livet (de “**As Normas: análise da noção, estudo de textos**”), que:

- “O autor da Norma quer evitar: que aquele a quem a Norma se dirige a tenha menos em conta que o desejado”; e fazer com

- “que uma Norma se oponha a certas condutas” (LIVET, 2009), consolidando certos Valores, Princípios, Leis...

Isso significa que as Normas Jurídicas visam consolidar, eliminar, modificar ou revisar certas condutas (tanto quanto certos procedimentos), e, que, os Valores, os Princípios, as Leis, visam “*indicar ideais de referência e avaliar a distância entre duas condutas (ou procedimentos) diferentes que visam o mesmo ideal*” (Cf. LIVET, 2009). Mas não porque transpõe este espaço de disputa, que é o Processo, “*à realidade social na intenção de impor como verdade determinada visão de mundo*” –, tolice, não é assim que se constitui uma *Weltanschauung* que não seja desejo de impunidade ou de totalidade (tipo: “honestidade meu nariz”, “Direito meu desejo” etc.), – mas, sim, porque o deslinde de uma causa, a realização da Justiça, é *veritas est adaequantio rei et intellectus*, e significa a adequação de qualquer pretensão de Direito aos Valores, Princípios e Leis defendidas pela realidade socioeconômica, jurídico-político, ideológico-cultural que instituem o *caráter nacional, o que-fazer*, e o “*espírito de um Povo”*(Hegel) e constituem-se em ***Doutrina Constitucional do Direito*** e em consonância com ela todo o ***Direito Objetivo***... A isto denominamos **Ordenamento Jurídico** de um ***Estado Democrático de Direito*...**

**REFERÊNCIAS**

**BITTENCOURT**, Vinícius, “Falando francamente”, Vitória (ES): Edições do autor, 1999.

**EAGLETON**, Terry, “Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo”, tradução Maria Lúcia Oliveira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

**FERNÁNDEZ-ARMESTO**, Felipe, “Verdade”, tradução Beatriz Vieira, Rio de Janeiro: Record, 2000.

**HELLER**, Agnes, “Além da Justiça”, tradução Savannah Hartmann, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

**REALE**, Miguel, “Filosofia do Direito”, 15ª ed., São Paulo; Saraiva, 1993.

**REALE**, Miguel, “Teoria tridimensiona do Direito”, 3ª ed.,ver. atual., São Paulo: Saraiva, 1980.

**TILLICH**, Paul, “Celebração da consciência”, tradução Heloysa de Lima Dantas, Petrópolis (RJ): Vozes, 1975.

**WITTGENSTEIN**, Ludwig, “Investigações Filosóficas”, tradução José Carlos Bruni, 2º ed., São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

**WITTGENSTEIN**, Ludwig, “Tractatus Logico-Philosophicus”, tradução José Arthur Giannotti, São Paulo: Companhia Nacional do Livro e Editora da Universidade de São Paulo, 1968 (Biblioteca Universitária, vol. 10).